

FUNDAÇÃO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO - FUNASE
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Não deixe de preencher as informações a seguir:

Prédio														Sala																	
Nome																															
Nº de Identidade														Órgão Expedidor							UF				Nº de Inscrição						

ADVOGADO

ATENÇÃO

- Abra este Caderno, quando o Fiscal de Sala autorizar o início da Prova.
- Observe se o Caderno está completo. Ele deverá conter 40 (quarenta) questões objetivas de múltipla escolha com 05 (cinco) alternativas cada, abrangendo Conhecimentos Específicos do cargo.
- Se o Caderno estiver incompleto ou com algum defeito gráfico que lhe cause dúvidas, informe, imediatamente, ao Fiscal.
- Uma vez dada a ordem de início da Prova, preencha, nos espaços apropriados, o seu Nome completo, o Número do seu Documento de Identidade, a Unidade da Federação e o Número de Inscrição.
- Para registrar as alternativas escolhidas nas questões objetivas de múltipla escolha, você receberá um Cartão-Resposta de Leitura Ótica. Verifique se o Número de Inscrição impresso no Cartão coincide com o seu Número de Inscrição.
- As bolhas constantes do Cartão-Resposta devem ser preenchidas totalmente, com caneta esferográfica azul ou preta.
- Preenchido o Cartão-Resposta, entregue-o ao Fiscal e deixe a sala em silêncio.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

01. Sobre os Direitos e Deveres Individuais e Coletivos previstos na Constituição Brasileira, assinale a alternativa CORRETA.

- A) A Constituição Brasileira não assegura a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
- B) São a todos assegurados, mediante o pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.
- C) A Constituição Brasileira não prevê, em nenhuma hipótese, a pena de morte.
- D) Conceder-se-á "habeas-corpus" sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- E) São gratuitas as ações de "habeas-corpus" apenas aos pobres, na forma da lei.

02. Nos termos da Constituição Brasileira, NÃO é direito dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

- A) Jornada de oito horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.
- B) Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.
- C) Remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta e cinco por cento à do normal.
- D) Salário-família pago em razão dos dependentes de todos os trabalhadores brasileiros da iniciativa privada, nos termos da lei.
- E) Assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 4 (quatro) anos de idade em creches e pré-escolas.

03. Sobre Nacionalidade, assinale a alternativa CORRETA.

- A) São brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- B) São brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.
- C) Aos portugueses com residência permanente no País, serão atribuídos automaticamente os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na Constituição.
- D) Lei Complementar poderá estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados.
- E) Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos de imposição de naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis.

04. São privativos os cargos de brasileiro nato, EXCETO

- A) de Presidente do Superior Tribunal de Justiça.
- B) de Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- C) da carreira diplomática.
- D) de oficial das Forças Armadas.
- E) de Ministro de Estado da Defesa.

05. Sobre o Capítulo que trata da Família da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso, analise os itens abaixo:

- | |
|--|
| <p>I. Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas.</p> <p>II. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.</p> <p>III. O Estado promoverá programas de assistência integral à saúde da criança, do adolescente e do jovem, admitida a participação de entidades não governamentais, mediante políticas específicas e preceitos constitucionais.</p> <p>IV. A Constituição prevê a criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.</p> |
|--|

Estão CORRETOS

- A) I, II e III, apenas.
- B) I e IV, apenas.
- C) I, II, III e IV.
- D) II, III e IV, apenas.
- E) I e III, apenas.

06. O direito à proteção especial sobre a criança, o adolescente e o jovem, previsto na Constituição NÃO abrange o seguinte aspecto:

- A) garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica.
- B) garantia de direitos trabalhistas, exceto de direitos previdenciários aos menores de 18 (dezoito) anos.
- C) obediência aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade.
- D) estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente órfão ou abandonado.
- E) programas de prevenção e atendimento especializado à criança, ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins.

07. Sobre os preceitos constitucionais da criança, do adolescente, do jovem e do idoso, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial.
- B) Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade.
- C) A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar, garantindo-lhes o direito à vida.
- D) A lei estabelecerá o plano nacional de juventude, de duração semestral, visando à articulação das várias esferas do poder público para a execução de políticas públicas.
- E) Os programas de amparo aos idosos serão executados, preferencialmente, em seus lares.

As questões de 08 a 27 tratam das previsões contidas na Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

08. Assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.
- B) Aplica-se excepcionalmente o ECA às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
- C) Na interpretação do ECA levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoas em desenvolvimento.
- D) Incumbe ao poder público proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.
- E) Considera-se criança, para os efeitos do ECA, a pessoa até quatorze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre quatorze e dezoito anos de idade.

09. A garantia de prioridade à criança e ao adolescente compreende, EXCETO

- A) acesso ao ensino público de qualidade.
- B) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- C) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública.
- D) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
- E) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

10. Sobre o direito à vida e à saúde, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O poder público, as instituições e os empregadores propiciarão condições adequadas ao aleitamento materno, inclusive aos filhos de mães submetidas à medida privativa de liberdade.
- B) Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.
- C) As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção poderão ser encaminhadas à Justiça da Infância e da Juventude.
- D) É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.
- E) Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

11. Os hospitais e demais estabelecimentos de atenção à saúde de gestantes, públicos e particulares, NÃO são obrigados a

- A) identificar o recém-nascido mediante o registro de sua impressão plantar e digital e da impressão digital da mãe, sem prejuízo de outras formas normatizadas pela autoridade administrativa competente.
- B) proceder a exames, visando ao diagnóstico e terapêutica de anormalidades no metabolismo do recém-nascido bem como prestar orientação aos pais.
- C) manter registro das atividades desenvolvidas através de prontuários individuais, pelo prazo superior a dez anos.
- D) fornecer declaração de nascimento onde constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato.
- E) manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.

12. As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades assim como pelo planejamento e pela execução de programas de proteção e socioeducativos destinados a crianças e adolescentes, NÃO se incluindo o regime de

- A) prestação de serviços à comunidade.
- B) liberdade assistida.
- C) semiliberdade.
- D) internação.
- E) pagamento de multa.

13. Assinale a alternativa CORRETA sobre as entidades de atendimento.

- A) Os programas em execução serão reavaliados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no máximo, a cada ano.
- B) Será negado o registro à entidade não-governamental que esteja irregularmente constituída.
- C) As entidades não-governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no cartório de registro civil, o qual comunicará o registro ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária da respectiva localidade.
- D) Será negado o registro à entidade não-governamental que apresente plano de trabalho compatível com os princípios do ECA.
- E) Será negado o registro à entidade não-governamental que tenha, em seus quadros, pessoas idôneas.

14. As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão adotar os seguintes princípios, EXCETO

- A) integração em família substituta, quando esgotados os recursos de manutenção na família natural ou extensa.
- B) desenvolvimento de atividades em regime de co-educação.
- C) não desmembramento de grupos de irmãos.
- D) transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados.
- E) participação de pessoas da comunidade no processo educativo.

15. Analise as proposições a seguir:

- I.** O dirigente de entidade que desenvolve programa de acolhimento institucional é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito.
- II.** Só por determinação da autoridade judiciária competente as entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional podem estimular o contato da criança ou adolescente com seus pais e parentes.
- III.** As entidades que desenvolvem programas de acolhimento familiar ou institucional somente poderão receber recursos públicos se comprovado o atendimento dos princípios, exigências e finalidades do ECA.
- IV.** As entidades que mantenham programa de acolhimento institucional poderão, em caráter excepcional e de urgência, acolher crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 72 (setenta e duas horas) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de responsabilidade.

Está CORRETO o que se afirma em

- A) I e III.
- B) I e IV.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.
- E) I, II, III e IV.

16. Assinale a alternativa CORRETA.

- A) As entidades que desenvolvem programas de internação não se obrigam a oferecer cuidados médicos, sendo de competência do SUS.
- B) As entidades que desenvolvem programas de internação têm a faculdade de propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças.
- C) As entidades que desenvolvem programas de internação não se obrigam a informar, periodicamente, o adolescente internado sobre sua situação processual, sendo competência do Conselho Tutelar.
- D) As entidades que desenvolvem programas de internação não se obrigam a diligenciar no sentido do restabelecimento e da preservação dos vínculos familiares, sendo competência do Conselho Tutelar.
- E) As entidades que desenvolvem programas de internação se obrigam a comunicar à autoridade judiciária, periodicamente, os casos em que se mostre inviável ou impossível o reatamento dos vínculos familiares.

17. Sobre a prática de Ato Infracional, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A apreensão de qualquer adolescente e o local onde se encontra recolhido serão comunicados em até 24 (vinte e quatro) horas à autoridade judiciária competente e à família do apreendido ou à pessoa por ele indicada.
- B) Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.
- C) A internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.
- D) A advertência poderá ser aplicada, sempre que houver prova da materialidade e indícios suficientes da autoria.
- E) Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

18. Sobre internação como medida privativa de liberdade, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.
- B) Em nenhuma hipótese, o período máximo de internação excederá a três anos.
- C) A liberação será compulsória aos vinte e quatro anos de idade.
- D) Aplica-se internação quando o adolescente comete ato infracional mediante grave ameaça ou violência à pessoa;
- E) Aplica-se internação, quando o adolescente comete outras infrações graves por reiteração;

19. Analise as afirmativas a seguir:

- I. A remissão não implica necessariamente o reconhecimento ou comprovação da responsabilidade, nem prevalece para efeito de antecedentes, podendo incluir eventualmente a aplicação de qualquer das medidas previstas em lei, exceto a colocação em regime de semiliberdade e a internação.
- II. O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no ECA.
- III. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha.
- IV. Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará *incontinenti* o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.

Está CORRETO o que se afirma em

- A) I, II e IV, apenas.
- B) I, II, III e IV.
- C) I e IV, apenas.
- D) II e IV, apenas.
- E) I e II, apenas.

20. Assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome.
- B) A competência da Justiça da Infância e da Juventude será determinada pelo domicílio dos pais ou responsável e pelo lugar onde se encontre a criança ou adolescente, à falta dos pais ou responsável.
- C) Nos casos de ato infracional, será competente a autoridade do lugar da ação ou omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.
- D) As ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude são isentas de custas, emolumentos e honorários, ressalvada a hipótese de litigância de má-fé.
- E) A Justiça da Infância e da Juventude é competente para conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis.

21. NÃO é competência da Justiça da Infância e da Juventude:

- A) conhecer de pedidos de adoção e seus incidentes.
- B) conhecer de ações civis fundadas em interesses individuais, difusos ou coletivos afetos à criança e ao adolescente.
- C) conhecer de ações decorrentes de irregularidades em entidades de atendimento, aplicando as medidas cabíveis.
- D) conhecer de ações de destituição do poder familiar, perda ou modificação da tutela ou guarda quando o menor estiver em situação de risco.
- E) conhecer de ações de indenização por danos morais contra o menor.

22. Sobre apuração de ato infracional atribuído a adolescente, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Havendo repartição policial especializada para atendimento de adolescente e, em se tratando de ato infracional praticado em co-autoria com maior, prevalecerá a atribuição da repartição especializada para o menor, sendo o adulto encaminhado à repartição policial própria.
- B) Comparecendo qualquer dos pais ou responsável, o adolescente será prontamente liberado pela autoridade policial, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do Ministério Público, no mesmo dia ou, sendo impossível, no primeiro dia útil imediato, exceto quando, pela gravidade do ato infracional e sua repercussão social, deva o adolescente permanecer sob internação para garantia de sua segurança pessoal ou manutenção da ordem pública.
- C) Apresentado o adolescente ao representante do Ministério Público, este poderá promover o arquivamento dos autos, conceder a remissão ou representar à autoridade judiciária para aplicação de medida sócio-educativa.
- D) A representação do Ministério Público independe de prova pré-constituída da autoria e materialidade.
- E) Oferecida a representação, a autoridade judiciária designará audiência de apresentação do adolescente, decidindo, desde logo, sobre a decretação ou manutenção da internação.

23. Assinale a alternativa CORRETA.

- A) A internação, decretada ou mantida pela autoridade judiciária, poderá excepcionalmente ser cumprida em estabelecimento prisional.
- B) O advogado constituído ou o defensor nomeado, no prazo de cinco dias contado da audiência de apresentação, oferecerá defesa prévia e rol de testemunhas.
- C) O prazo máximo e improrrogável para a conclusão do procedimento, estando o adolescente internado provisoriamente, será de quarenta e cinco dias.
- D) Se o adolescente, devidamente notificado, não comparecer, injustificadamente, à audiência de apresentação, a autoridade judiciária determinará os efeitos formais da revelia.
- E) A remissão, como forma de extinção ou suspensão do processo, poderá ser aplicada até a fase instrutória do processo.

24. Sobre a apuração de irregularidades em entidade de atendimento, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) O procedimento de apuração de irregularidades em entidade governamental e não-governamental terá início mediante portaria da autoridade judiciária ou representação do Ministério Público ou do Conselho Tutelar, onde conste, necessariamente, resumo dos fatos.
- B) O dirigente da entidade será citado para, no prazo de cinco dias, oferecer resposta escrita, podendo juntar documentos e indicar as provas a produzir.
- C) Em se tratando de afastamento provisório ou definitivo de dirigente de entidade governamental, a autoridade judiciária oficiará à autoridade administrativa imediatamente superior ao afastado, marcando prazo para a substituição.
- D) Antes de aplicar qualquer das medidas, a autoridade judiciária poderá fixar prazo para a remoção das irregularidades verificadas. Satisfeitas as exigências, o processo será extinto, sem julgamento de mérito.
- E) A multa e a advertência serão impostas ao dirigente da entidade ou programa de atendimento.

25. De acordo com o ECA, compete ao Ministério Público, EXCETO

- A) promover e acompanhar os procedimentos relativos às infrações atribuídas a adolescentes.
- B) promover e acompanhar as ações de alimentos e os procedimentos de suspensão e destituição do poder familiar, nomeação e remoção de tutores, curadores e guardiães bem como officiar em todos os demais procedimentos da competência da Justiça da Infância e da Juventude.
- C) promover, de officio ou por solicitação dos interessados, a especialização e a inscrição de hipoteca legal e a prestação de contas dos tutores, curadores e quaisquer administradores de bens de crianças e adolescentes que estiverem em situação de risco.
- D) impetrar mandado de segurança, de injunção e habeas corpus, em qualquer juízo, instância ou tribunal, na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis afetos à criança e ao adolescente.
- E) Nos processos e procedimentos em que não for parte, atuará obrigatoriamente o Ministério Público na defesa dos direitos e interesses de que cuida o ECA, hipótese em que terá vista dos autos antes das partes, podendo juntar documentos e requerer diligências, usando os recursos cabíveis.

26. Sobre a atuação do Advogado prevista no ECA, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A criança ou o adolescente, seus pais ou responsável, e qualquer pessoa que tenha legítimo interesse na solução da lide poderão intervir nos procedimentos de que trata o ECA, através de advogado, o qual será intimado para todos os atos, pessoalmente ou por publicação oficial, respeitado o segredo de justiça.
- B) A ausência do defensor importará no adiamento do ato processual no qual deveria atuar, podendo o juiz aplicar-lhe uma advertência.
- C) Nenhum adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional, ainda que ausente ou foragido, será processado sem defensor.
- D) Se o adolescente não tiver defensor, ser-lhe-á nomeado pelo juiz, ressalvado o direito de, a todo tempo, constituir outro de sua preferência.
- E) Será dispensada a outorga de mandato, quando se tratar de defensor nomeado ou, sido constituído, tiver sido indicado por ocasião de ato formal com a presença da autoridade judiciária.

27. Assinale a alternativa na qual NÃO é necessário que o menor esteja em situação de risco para ser competente à Justiça da Infância e Juventude.

- A) conhecer de pedidos de guarda e tutela.
- B) suprir a capacidade ou o consentimento para o casamento.
- C) conhecer de ações de alimentos.
- D) conceder a remissão, como forma de suspensão ou extinção do processo.
- E) determinar o cancelamento, a retificação e o suprimento dos registros de nascimento e óbito.

As questões de 28 a 40 tratam da Lei nº 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE.

28. De acordo com a Lei nº 12.594/2012, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Entende-se por Sinase o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei.
- B) Os Municípios inscreverão seus programas e alterações bem como as entidades de atendimento executoras, no Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- C) Ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) competem as funções normativa, deliberativa, de avaliação e de fiscalização do Sinase, nos termos previstos na de criação do referido Conselho.
- D) A composição da equipe técnica do programa de atendimento deverá ser interdisciplinar, compreendendo, no mínimo, profissionais das áreas de saúde, educação e assistência social, de acordo com as normas de referência.
- E) Além da especificação do regime, é requisito obrigatório para a inscrição de programa de atendimento a exposição das linhas gerais dos métodos e técnicas pedagógicas, com a especificação das atividades de natureza coletiva.

29. Compete à direção do programa de prestação de serviços à comunidade ou de liberdade assistida, EXCETO

- A) selecionar e credenciar orientadores, designando-os, caso a caso, para acompanhar e avaliar o cumprimento da medida.
- B) receber a criança ou o adolescente e seus pais ou responsável e orientá-los sobre a finalidade da medida e a organização e funcionamento do programa.
- C) encaminhar o adolescente para o orientador credenciado.
- D) supervisionar o desenvolvimento da medida.
- E) avaliar, com o orientador, a evolução do cumprimento da medida e, se necessário, propor à autoridade judiciária sua substituição, suspensão ou extinção.

30. São requisitos específicos para a inscrição de programas de regime de semiliberdade ou internação, EXCETO

- A) a edificação de unidades socioeducacionais em espaços contíguos, anexos, ou de qualquer outra forma integrados a estabelecimentos penais.
- B) a comprovação da existência de estabelecimento educacional com instalações adequadas e em conformidade com as normas de referência.
- C) a previsão do processo e dos requisitos para a escolha do dirigente.
- D) a apresentação das atividades de natureza coletiva.
- E) a definição das estratégias para a gestão de conflitos.

31. NÃO é requisito para o exercício da função de dirigente de programa de atendimento em regime de semiliberdade ou de internação:

- A) reputação ilibada.
- B) comprovada experiência no trabalho com adolescentes de, no mínimo, 2 (dois) anos.
- C) idade igual ou superior a trinta e cinco anos, exceto se houver notório saber na área de atuação.
- D) formação de nível superior compatível com a natureza da função.
- E) cumprimento dos requisitos específicos previstos no respectivo programa de atendimento.

32. Sobre a avaliação e o acompanhamento da gestão do atendimento socioeducativo, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) A avaliação abrangerá, no mínimo, a gestão, as entidades de atendimento, os programas e os resultados da execução das medidas socioeducativas.
- B) A avaliação será coordenada por uma comissão permanente e realizada por comissões temporárias, essas compostas, no mínimo, por 3 (três) especialistas com reconhecida atuação na área temática e definidas na forma do regulamento.
- C) É vedado à comissão permanente designar avaliadores que sejam titulares ou servidores dos órgãos gestores avaliados ou funcionários das entidades avaliadas.
- D) É vedado à comissão permanente designar avaliadores que tenham relação de parentesco até o 3º grau com titulares ou servidores dos órgãos gestores avaliados e/ou funcionários das entidades avaliadas.
- E) É vedado à comissão permanente designar avaliadores que já sofreram condenação criminal transitada em julgado.

33. Sobre a avaliação e o acompanhamento da gestão do atendimento socioeducativo, assinale a alternativa INCORRETA.

- A) Os resultados da avaliação serão utilizados para planejamento de metas e eleição de prioridades do Sistema de Atendimento Socioeducativo e seu financiamento.
- B) Os resultados da avaliação serão utilizados para reestruturação e/ou ampliação da rede de atendimento socioeducativo, de acordo com as necessidades diagnosticadas.
- C) Os resultados da avaliação serão utilizados para celebração de instrumentos de cooperação com vistas à correção de problemas diagnosticados na avaliação.
- D) As informações produzidas a partir do Sistema Nacional de Informações sobre Atendimento Socioeducativo serão utilizadas para subsidiar a avaliação, o acompanhamento, a gestão e o financiamento dos Sistemas Nacional, Distrital, Estaduais e Municipais de Atendimento Socioeducativo.
- E) Aos agentes públicos que, induzam ou concorram, sob qualquer forma, direta ou indireta, para o não cumprimento da Lei Nº 12.594/2012 aplicam-se, no que couber, as penalidades dispostas na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992. Aos agentes privados, por sua vez, será aplicado o Código Penal.

34. Analise os itens a seguir:

- I.** A competência para jurisdicionar a execução das medidas socioeducativas segue o determinado pela Lei de Execuções Penais.
- II.** A medida de reparação do dano, quando aplicada de forma isolada, será executada separadamente dos autos do processo de conhecimento.
- III.** As medidas socioeducativas de liberdade assistida, de semiliberdade e de internação deverão ser reavaliadas, no máximo, a cada 6 (seis) meses, podendo a autoridade judiciária, se necessário, designar audiência, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, cientificando o defensor, o Ministério Público, a direção do programa de atendimento, o adolescente e seus pais ou responsável.
- IV.** A reavaliação da manutenção, da substituição ou da suspensão das medidas de meio aberto ou de privação da liberdade e do respectivo plano individual pode ser solicitada a qualquer tempo, a pedido da direção do programa de atendimento, do defensor, do Ministério Público, do adolescente, de seus pais ou responsável.

Está CORRETO o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) IV.
- C) III e IV.
- D) II e IV.
- E) II, III e IV.

35. Assinale a alternativa INCORRETA.

- A) No caso de a substituição da medida importar em vinculação do adolescente a outro programa de atendimento, o plano individual e o histórico do cumprimento da medida deverão acompanhar a transferência.
- B) No caso de o maior de 18 (dezoito) anos, em cumprimento de medida socioeducativa, responder a processo-crime, caberá à autoridade judiciária decidir sobre eventual extinção da execução, cientificando da decisão o juízo criminal competente.
- C) O mandado de busca e apreensão do adolescente terá vigência máxima de 6 (seis) meses, a contar da data da expedição, podendo, se necessário, ser renovado, fundamentadamente.
- D) Se, no transcurso da execução, sobrevier sentença de aplicação de nova medida, a autoridade judiciária procederá à unificação, ouvidos, previamente, o Ministério Público e o defensor, no prazo de 5 (cinco) dias sucessivos, decidindo-se em igual prazo.
- E) É vedada a aplicação de sanção disciplinar de isolamento a adolescente interno, exceto seja essa imprescindível para garantia da segurança de outros internos ou do próprio adolescente a quem seja imposta a sanção, sendo necessária ainda comunicação ao defensor, ao Ministério Público e à autoridade judiciária em até 24 (vinte e quatro) horas.

36. Analise os itens abaixo:

- I. É direito do adolescente submetido ao cumprimento de medida socioeducativa peticionar, por escrito ou verbalmente, diretamente a qualquer autoridade ou órgão público, devendo, obrigatoriamente, ser respondido em até 15 (quinze) dias.
- II. É direito do adolescente submetido ao cumprimento de medida socioeducativa receber, sempre que solicitar, informações sobre a evolução de seu plano individual, participando, obrigatoriamente, de sua elaboração e, se for o caso, reavaliação.
- III. É direito do adolescente submetido ao cumprimento de medida socioeducativa ter atendimento garantido em creche e pré-escola aos filhos de 0 (zero) a 7 (sete) anos.
- IV. A oferta irregular de programas de atendimento socioeducativo em meio aberto poderá, excepcionalmente, ser invocada para aplicação ou manutenção de medida de privação da liberdade.

Está CORRETO o que se afirma em

- A) I e II.
- B) I e III.
- C) III e IV.
- D) II e IV.
- E) II, III e IV.

37. Analise os itens abaixo:

- I. O cumprimento das medidas socioeducativas, em regime de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação, dependerá de Plano Individual de Atendimento (PIA), instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente.
- II. O PIA será elaborado sob a responsabilidade da equipe técnica do respectivo programa de atendimento, sendo vedada a participação do adolescente ou de sua família.
- III. O PIA será elaborado no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias da data do ingresso do adolescente no programa de atendimento.
- IV. Para o cumprimento das medidas de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida, o PIA será elaborado no prazo de até 30 (trinta) dias do ingresso do adolescente no programa de atendimento.

Estão CORRETOS

- A) I e II.
- B) III e IV.
- C) I e III.
- D) II e IV.
- E) II, III e IV.

38. A atenção integral à saúde do adolescente no Sistema de Atendimento Socioeducativo seguirá as seguintes diretrizes, EXCETO

- A) estruturação das unidades de internação, conforme as normas de referência do SUS e do Sinase, visando ao atendimento das necessidades de Atenção Básica;
- B) garantia de acesso a todos os níveis de atenção à saúde por meio de referência e contrarreferência, de acordo com as normas do Sistema Único de Saúde (SUS);
- C) disponibilização de ações de atenção à saúde sexual e reprodutiva e à prevenção de doenças sexualmente transmissíveis;
- D) cuidados especiais em saúde mental, incluindo os relacionados ao uso de álcool e outras substâncias psicoativas, e atenção aos adolescentes com deficiências;
- E) instalações adequadas para realização de parto das adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

